## ATA DA 10<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO LITORAL – CBH- LITORAL



2

1

4 Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e nove, às nove horas, no 5 auditório do balneário do açude São Pedro da Timbaúba, município de Miraíma, aconteceu a 10<sup>a</sup> reunião ordinária do CBH-Litoral, com a seguinte Pauta: aprovação da 6 7 Proposta de Alteração do Regimento Interno; Socialização do Encontro Nacional dos 8 Comitês (Minas Gerais, 09 a 13/11/09); Informação sobre andamento do Projeto do 9 Plano de Bacia do Litoral; Socialização das sugestões de Alteração da Lei 11.996/92 e 10 do encaminhamento para a Secretaria dos Recursos Hídricos/Assembleia Legislativa; 11 Encerramento e saída para visitar a construção do açude Missi. A reunião iniciou com a 12 formação de uma mesa de abertura, composta pelo Vice-presidente do Comitê - Sr. Roberto Barroso de Lima Aguilar; o Gerente interino da COGERH-Pentecoste - Sr. 13 14 Manoel Reginaldo da Silva e o Prefeito de Miraíma – Exmo. Sr. Roberto Ivens Uchoa 15 Sales. Após a mesa a palavra foi facultada ao plenário. O Sr. Cláudio Laurentino 16 (Associação dos Pequenos Agricultores de Aracatiaçu, Sobral) falou da necessidade de 17 uso de crachá ou qualquer documento que identifique os membros do Comitê perante a 18 sociedade em geral, segundo ele "para que o mesmo tenha respaldo quando vai 19 abordar algum tipo de agressão aos recursos hídricos e ao meio ambiente"; também falou de outros problemas hídricos. O Sr. Vicente Barbosa Soares, secretário-geral do 20 21 Comitê, afirmou que considera pertinente a preocupação do Sr. Cláudio. A respeito de 22 barramentos, ele lembrou que o CBH fez um Seminário e as demandas foram 23 encaminhadas para Sobral, mas não houve providencias e, portanto, convidou o plenário 24 a fazer novo evento e acionar o Ministério Público em relação a esse problema. Sobre 25 desmatamento na área do açude Santo Antônio, conforme o relato do corte de uma 26 árvore feito pelo Sr. Cláudio, o Sr. Joaquim Ferreira dos Reis, do DNOCS de Forquilha, 27 pediu que o CBH enviasse denúncia ao Diretor do DNOCS. A respeito do crachá a 28 técnica Celineide Nascimento (COGERH) orientou os membros do CBH para não 29 depositarem neste instrumento a perspectiva de autoridade para fiscalização, pois 30 determinadas abordagens podem até ser problemáticas; além disso a abordagem deve 31 ser como membro do Comitê e não como da COGERH, pois embora sendo parceiros, 32 CBH e COGERH são entes distintos. Ela disse que o papel do CBH é de mobilização

33 social, requerendo criatividade para mover a sociedade em ações preventivas, que 34 evitem as agressões ambientais; o foco do CBH não é abordagem de infração. O Prefeito de Miraíma falou sobre educação ambiental nas escolas e pediu ao Secretário 35 36 de Agricultura do município para não deixar de procurar o secretário de educação em 37 relação às questões discutidas, pois disse que a oportunidade de mudar hábitos está na 38 escola. Sobre a construção do acude Gameleira o Sr. José Carlos Porfírio (Prefeitura de 39 Tururu) explicou que a autorização para construção foi assinada pelo governador dia 40 cinco de dezembro e dia oito iniciou-se os trabalhos da parede do açude. Na pauta sobre 41 o Encontro Nacional, o Sr. Lucas Pinto (Prefeitura de Miraíma) socializou sua 42 participação no Encontro e citou algumas apresentações que ele observou, quais foram: 43 a do Comitê do Salgado (Ceará); a situação de revitalização de rio das Velhas (Minas 44 Gerais); a revitalização da Bacia do rio Curulipe (Alagoas); projeto de educação 45 ambiental no rio Pardo (Rio de Janeiro) e experiência de saneamento em Uberabinha 46 (Minas). Na pauta de Aprovação do Regimento a Sra. Maria de Jesus explicou que não 47 havia quórum regimental para aprovação e o Sr. Vicente Soares apresentaria uma 48 sugestão ao plenário. Houve algumas intervenções sobre a questão de quórum, onde 49 ficaram as seguintes orientações aos membros presentes: 1) reunir-se em sua cidade 50 com os faltosos e saber por que não vieram e repassar para eles a reunião; 2) Efetivar o 51 desligamento por faltas; 3) formar uma comissão para ler o regimento, que elabore 52 tópicos e interaja por e-mail com os membros. Sobre a terceira sugestão a técnica Maria 53 de Jesus explicou que essa Comissão já existe e a mesma fez a proposta que seria lida, 54 discutida e aprovada se houvesse quórum; ela informou que a referida proposta foi 55 enviada aos membros por correio e neste dia 15/12/09 sua cópia estava sendo 56 distribuída. O Sr. João Batista quis saber por que a sugestão de inserção de Morrinhos e 57 Marco como municípios da Bacia do Litoral, ou seja, se tem algum afluente que vem de 58 lá e deságua na Bacia. O Sr. Reginaldo afirmou a existência desses afluentes. O Sr. 59 Vicente Soares lembrou que a renovação do Comitê se aproxima e, portanto, o 60 desligamento por falta, nesse período não é mais tão relevante; ele considerou que a 61 Diretoria também tem sua parcela de responsabilidade na dificuldade de quórum. Disse 62 que vai reunir a Diretoria a fim de criar estratégia para revitalização do Comitê. Propôs 63 aos presentes que levassem a cópia da proposta de regimento para casa, analisassem e 64 dessem opinião, pois ainda há o que discutir e após a reunião da Diretoria será agendada 65 uma data para aprovação. A proposta do Sr. Vicente foi aceita. O Sr. João Batista pediu 66 a COGERH uma resposta dos ofícios enviados solicitando a batimetria e a qualidade de 67 água do açude Santa Maria do Aracatiaçu, bem como a visita a dois açudes na montante 68 do açude Santa Maria. O Sr. Reginaldo respondeu que em 2009 a COGERH realizou 69 batimetria dos açudes Serrote, Amontada, São Pedro da Timbaúba e da Lagoa do 70 Paracuru; mas a equipe operacional só tem duas pessoas e são mais de vinte municípios 71 para atender. A referida solicitação está no cronograma, mas ainda não deu para atender. 72 O Sr. Batista falou da vistoria dos açudes que arrombaram. O Sr. Reginaldo explicou 73 que o açude Juá será visitado ainda em dezembro. A técnica Celineide Nascimento 74 entregou cópia dos relatórios que foram encaminhados à Secretaria dos recursos 75 Hídricos contendo as sugestões do CBH-Litoral para mudança na Lei dos Recursos 76 Hídricos (11.996/92); ela explicou que foram duas reuniões da Comissão de Estudos e 77 Projetos que deram origem às sugestões encaminhadas e agora todos poderiam levar e 78 ler em casa; além disso, ela informou que o Comitê deve acompanhar o processo de 79 mudança na Lei que acontecerá na Assembleia Legislativa; essa construção de 80 sugestões foi apenas um passo inicial. Na pauta sobre o Plano de Bacia a técnica 81 Celineide apresentou os seguintes informes: "O contrato com a empresa YBY 82 ENGENHARIA CONSULTIVA foi assinado e a Ordem de Serviço (onde se começa a 83 contar os trabalhos) data de 27/11/2009; pelo aprovado no Termo de Referência o prazo 84 é de 12 meses, portanto, finda em 27/11/2010. O Banco Mundial tem solicitado 85 antecipar em dois meses. A Consultoria já começou os estudos básicos e diagnósticos 86 previstos para a primeira fase. O processo tem 04 fases - cada Comitê terá quatro 87 reuniões "de plenário" e mais outras de Câmara Técnica específica para o Plano de 88 Bacia; as três primeiras do plenário são para Apresentação e discussão de Fase 89 concluída. A quarta será a Reunião Final de Aprovação do Plano, aberta a sociedade, 90 mas apenas o CBH com direito a voto para aprovar o plano. O quantitativo de relatórios 91 para apreciação da Câmara Técnica é: Fase 1: cinco relatórios; Fase 2: quatro relatórios; 92 Fase 3: três relatórios e Fase 4: produto final (o Plano). Para cada relatório uma Câmara 93 Técnica do CBH tem que se reunir e fazer suas considerações, resultando em doze 94 reuniões de Câmara e quatro do Plenário, totalizando dezesseis reuniões para o Plano. 95 Até 15/12/09, estava faltando uma reunião entre Consultoria, DIPLAN e as Gerencias 96 COGERH envolvidas (Gerencia de Gestão Participativa e Gerencia de Estudos e

97 Projetos), para ajustar o cronograma. Também se propôs na primeira reunião ordinária 98 do ano 2010 uma apresentação da Consultoria e do processo de trabalho ao CBH-Litoral 99 (agendar como ponto de pauta)". A Sra. Celineide Ressaltou a importância de a Câmara 100 Técnica acompanhar cada produto, para que o Plano seja Participativo e também 101 consiga envolver a sociedade nessa construção. Propôs formar a Câmara naquele 102 plenário e a mesma ficar atenta ao início dos trabalhos. Ela explicou que a Câmara seria 103 formada por voluntários presentes, mas tendo a liberdade de convidar pessoas 104 interessadas e competentes no assunto para apoiar a apreciação dos relatórios. Informou 105 alguns tipos de análises e relatos que serão feitos pela consultoria, sendo um conteúdo 106 bastante técnico, mas também socioeconômico e político, portanto, o Comitê tem que 107 estar atento para participar e ver se a realidade da Bacia estará sendo bem trabalhada no 108 Plano. Encaminhou-se o seguinte: Apresentação da Consultoria Ibi e do processo de 109 trabalho ao CBH-Litoral na primeira reunião ordinária de 2010; Compôs-se a Câmara 110 Técnica do Plano de Bacia do Litoral com os seguintes representantes: Verônica Rocha 111 Carvalho Lima (Prefeitura de Amontada); Vicente Barbosa Soares (Assoc. Com. 112 Moradores do Riacho do Meio e Carnaubinha - Iraucuba); Francisco Lucas Pinto 113 (Prefeitura de Miraíma); Cláudio Laurentino Dias (Assoc. dos Peq. Agric de Aracatiaçu 114 - Sobral); Rogério Viana (SRH - Fortaleza); Roberto Barroso de Lima Aguilar 115 (Prefeitura de Uruburetama) e Joaquim Ferreira dos Reis (DNOCS - Forquilha). A 116 técnica Celineide destacou a necessidade da agilidade desta Câmara em termos de 117 comunicar-se porque haverá pouco tempo para os trabalhos e os relatórios serão 118 encaminhados, provavelmente, via e-mail. Na sequência o Sr. Reginaldo apresentou a 119 situação hídrica dos açudes da Bacia do Litoral, bem como a situação da operação dos 120 mesmos. Foram retomadas as seguintes questões: 1) problema do sifão do açude São 121 Pedro da Timbaúba e sugestão de encaminhá-lo ao ministério público; 2) desperdício de 122 água através das capineiras; 3) falta de respeito ao açude Patos; 4) o zelador do açude 123 Patos não comparece ao trabalho; 5) esgotos que escoam para o açude Patos; 6) 124 Sugestão de elaboração de um relatório de impacto ambiental nos açudes Santo Antônio 125 de Aracatiaçu e Patos. A Sra. Celineide explicou que esse estudo de impacto é questão 126 para o Plano de Bacia e o Comitê pode solicitá-lo na construção do Plano. Sobre o 127 zelador do açude, o Sr. Joaquim (DNOCS) pediu que o relato fosse encaminhado em 128 ofício do CBH ao Diretor Geral do DNOCS. A pauta final foi a criação da Comissão

129	Eleitoral de renovação dos membros do Comitê Litoral. Ficou constituída a Comissac
130	com os seguintes integrantes: Joaquim Ferreira dos Reis (DNOCS - Poder Público
131	Federal), Benedito (SRH - Poder Público Estadual), Antônio dos Santos Mariano
132	(DUCOCO – Usuários) e Cláudio Laurentino Dias (Associação dos Pequenos
133	Agricultores de Aracatiaçu - Usuários). A visita às obras do açude Missi foi cancelada
134	A técnica Maria de Jesus apresentou slide com mensagem de Natal aos membros do
135	Comitê. D. Edília de Sousa fez uma saudação aos colegas com uma oração e cântico. A
136	reunião foi encerrada. Nada mais havendo a relatar, eu, Celineide Nascimento, redigi e
137	declaro encerrada esta ata.
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	
151	
152	
153	
154	
155	
156	
157	
158	
150	